

CONTEXTOS E PERCEPÇÕES DE RACISMO NO QUOTIDIANO

Fernando Luís Machado

Resumo Em Portugal há poucos estudos sobre o racismo e ainda menos sobre o modo como o racismo é percebido por parte daqueles que dele são mais habitualmente vítimas. Neste artigo, que se baseia em evidência empírica resultante de um inquérito nacional e de entrevistas em profundidade a migrantes guineenses, analisam-se as percepções de racismo desses migrantes, tal como elas se estruturam a partir de experiências pessoais no quotidiano. Chama-se a atenção para a diferenciação dessas percepções conforme o perfil social dos migrantes e relaciona-se o racismo com os contrastes sociais e as continuidades culturais que caracterizam as minorias africanas em Portugal.

Palavras-chave Racismo, percepções de racismo, migrantes.

Portugal é um dos países da União Europeia onde não têm praticamente expressão social ou eleitoral partidos ou forças políticas que acolham e promovam ideologias racistas ou xenófobas. Olhando para o caso português à luz do modelo de Wieviorka (1991), pode dizer-se que o racismo em Portugal será um infra-racismo ou um racismo fragmentado, ou seja, um racismo não político, já que ele não encontra, no campo político e partidário, os agentes de institucionalização activa que tem tido noutros países.¹

Tal ausência, segundo algumas interpretações, é indissociável do luso-tropicalismo que atravessaria todo o espectro político, da esquerda à direita, luso-tropicalismo esse que, depois de ter sido uma ideologia quase oficial do Estado Novo, teria continuado com a mesma vitalidade após Abril de 74 (Cabral, 1997a; Vala, Brito e Lopes, 1999; Alexandre, 1999). Dir-se-ia, à primeira vista, ser esse um ponto a favor do luso-tropicalismo. Mas a leitura que alguns dos autores citados fazem é diversa. A ideologia luso-tropicalista facilita, pelo contrário, “a difusão do racismo subtil”, já que, ao assumirem o não racismo como uma idiossincrasia nacional, os “grandes partidos em Portugal, à esquerda como à direita” não tomam “posições anti-racistas ou antixenófobas” (Vala, Brito e Lopes, 1999: 192-193).

Independentemente das relações que se possam estabelecer entre racismo e luso-tropicalismo, ponto a que voltaremos adiante, alguns actos de violência extrema contra imigrantes, ocorridos durante os anos 80 e 90, da autoria de grupos explicitamente racistas, estão aí para lembrar que, embora com expressão certamente menor do que em alguns países europeus, mas provavelmente maior do que noutros (European Parliament, 1991: 70-71), o racismo é um problema também na sociedade portuguesa.

A lista de ataques contra imigrantes africanos e membros da população cigana (SOS Racismo, 1992: 64-65; Baganha, 1996: 125-128), mesmo descontando aqueles

casos em que as motivações racistas não são inequívocas, já é relativamente longa, incluindo o assassinato do luso-cabo-verdiano Alcindo Monteiro, em Junho de 1995, em Lisboa, na sequência do qual um grupo alargado de *skinheads* foi condenado a pesadas penas de prisão. Os chamados *skinheads* têm sido, de resto, em Lisboa e no Porto, os autores recorrentes de grande parte dos actos de violência inventariados.

Sondagens de opinião promovidas pelos *media*, inquéritos do Eurobarómetro e alguns estudos sobre valores e representações têm, pelo seu lado, ao longo dos últimos dez a quinze anos, produzido um conjunto de resultados que, mesmo sendo contraditórios entre si e também ao nível da comparação europeia, não deixam de indicar a presença de atitudes preconceituosas e discriminatórias em sectores significativos da população portuguesa.

Pouquíssimos portugueses, por exemplo, se consideram racistas, mas, ao mesmo tempo, mais de 40% dizem que o racismo é uma atitude “muito comum” em Portugal e que conhecem alguns casos de racismo nos seus círculos de amizade, e mais de 80% consideram que o racismo aumentou na primeira metade dos anos 90. São também poucos aqueles que dizem importar-se que os filhos tenham como amigos ou brinquem com crianças de raça diferente, mas, paralelamente, cerca de 70% e 40% não gostariam de morar perto de um acampamento de ciganos ou de um bairro de negros, respectivamente (Baganha, 1996: 104-140).

No plano da comparação europeia encontram-se, igualmente, sinais de sentido contrário, com os portugueses a terem, conforme os tópicos em questão, atitudes mais e menos preconceituosas e discriminatórias do que as de outros europeus. A percentagem dos que dizem haver demasiados não nacionais da UE em Portugal é bem menor do que a dos que dizem o mesmo no conjunto dos países da União, e são também menos do que na média da UE aqueles que em Portugal dizem sentir-se perturbados pela presença de pessoas de outra nacionalidade, raça ou religião. Já no que toca a atitudes favoráveis à discriminação laboral dos estrangeiros por parte dos empregadores, bem como à rejeição de vizinhos de outras raças, os portugueses registam valores mais altos do que a média dos europeus (Baganha, *idem*; França, 1993: 23, 28).

Também alguns estudos sobre valores e representações da população mais jovem têm encontrado elementos de significado oposto no que toca à posição face a minorias étnicas e imigrantes. Uma pesquisa sobre os jovens de um dos maiores concelhos da área metropolitana de Lisboa concluiu que mais de 40% dos inquiridos diziam haver em Portugal demasiados africanos, brasileiros, indianos e pessoas de outras minorias (Pais, 1996: 184-186), enquanto uma outra, comparando atitudes de jovens portugueses e de muitos outros países europeus, mostra que, num conjunto de itens relativos à participação eleitoral de migrantes, os portugueses são sistematicamente mais tolerantes do que a média dos inquiridos (Pais, 1999: 137-149).

Do campo científico surgem, entretanto, os primeiros esforços de pesquisa empírica sistemática sobre o tema, com destaque para o estudo pioneiro de Vala, Brito e Lopes (1999).² Esse estudo põe em evidência indícios sólidos de preconceito racial explícito, confirmando indicações fornecidas pelas fontes anteriormente citadas. Como referem os autores, embora o racismo revista hoje formas mais subtis e

difusas, “a percepção dos negros como uma ameaça social, percepção que pode ser associada ao racismo mais tradicional e flagrante, perdura na nossa sociedade” (*idem*: 69).

Para contextualizar o racismo no Portugal de hoje, dir-se-ia, seguindo Villaverde Cabral (1997b), que se têm de ter em conta dois parâmetros fundamentais: a longa história da expansão e do colonialismo, rematada com uma descolonização tardia e turbulenta, e a transformação do país num receptor de imigrantes, a partir dos anos 80.

A experiência colonial portuguesa, especialmente em África, significa, com efeito, que há um largo campo de estudo por explorar ou aprofundar, não só sobre as relações sociais e raciais nas ex-colónias, mas, sobretudo, do ponto de vista do que aqui está em análise, sobre as imagens, estereótipos e preconceitos raciais que, nessa longa duração, os portugueses foram construindo sobre os outros e sobre si próprios.

Num dos raros trabalhos existentes sobre o tema, em que analisa a construção da ideia de raça no contexto do império português em África nos séculos XIX e XX, Valentim Alexandre mostra, por exemplo, que a crença na “especial capacidade do povo português para lidar com as populações ‘indígenas’ do ultramar” não é um produto apenas do pensamento luso-tropicalista de Gilberto Freyre e do seu aproveitamento e difusão pelo Estado Novo, mas que já estava muito generalizada nas elites políticas portuguesas desde finais do século XIX. Mostra também o papel activo que um intelectual tão destacado na época como Oliveira Martins teve na difusão em Portugal do racismo de base “científica”, então em voga em muitos círculos do pensamento europeu (Alexandre, 1999: 140, 136-138).³

A longa persistência histórica de preconceitos e práticas de discriminação contra ciganos está aí para mostrar, contudo, os limites de qualquer associação exclusiva do racismo com a experiência colonial ou a imigração das duas últimas décadas. Em Portugal, como, de resto, noutros países, há de facto uma “questão” cigana, de contornos complexos e pouco conhecidos, o que não deixa de ser surpreendente, se tivermos em conta a antiguidade dessa população em Portugal. O facto de as sondagens e estudos que fazem essa comparação mostrarem quase sempre maiores preconceitos e atitudes discriminatórias face aos ciganos do que em relação a todas as outras minorias dá bem a medida da actualidade do problema.

Do lado da imigração, por sua vez, deve dizer-se que a ideia de que ela é um contexto fundamental para a compreensão do racismo, sendo obviamente verdadeira, só o é até certo ponto. As representações comuns que vêem a imigração como uma “ameaça”, seja económica, seja à segurança, não se referem, de facto, a toda a imigração, mas apenas àquela que, por várias razões, incluindo os traços fenotípicos dos seus protagonistas, se torna mais visível socialmente. Os migrantes oriundos da União Europeia e de outros países ocidentais, apesar de representarem mais de 40% dos estrangeiros em Portugal, e de ocuparem, regra geral, posições profissionais, empresariais e sociais de destaque, nem por isso têm sido vítimas de preconceito ou discriminação.

A análise que se fará aqui — e que vem na sequência de um artigo de natureza teórica dedicado à discussão conceptual do racismo (Machado, 2000) — é de

âmbito mais limitado, mas também diferente das que acabámos de sumariar. Trata-se não de analisar ideologias, preconceitos ou práticas de discriminação protagonizadas pela população receptora, mas de analisar o racismo tal como ele é percebido por aqueles que, potencialmente, estão entre as suas principais vítimas, ou seja, os migrantes africanos, neste caso os oriundos da Guiné-Bissau. O material empírico disponível é, por um lado, o que resulta de alguns indicadores do inquérito feito a nível nacional a 400 desses migrantes, em 1995, e, por outro lado, o discurso directo de vários deles tal como se pôde registar num conjunto alargado de entrevistas aprofundadas em que o racismo foi um dos tópicos de conversação.⁴

Contextos e percepções de racismo: o que dizem os migrantes

Ao contrário das sondagens de opinião e dos inquéritos conduzidos junto da população em geral, em que a verbalização de atitudes explícitas de racismo só existe como excepção, mais ou menos provocatória, e em que, mesmo os portadores de preconceitos têm uma contenção verbal no sentido da sua negação ou subvalorização, no inquérito aos guineenses e, especialmente, nas entrevistas, o discurso surgiu espontâneo e fácil e quase todos tinham histórias para contar.

A julgar pelos relatos bastante circunstanciados das entrevistas, que revelam memória fresca mesmo de casos ocorridos vários anos antes, não é de duvidar que as respostas dadas no inquérito tenham uma base objectiva sólida. Deve deixar-se registado, contudo, antes de passarmos à análise dos dados disponíveis, que aquilo que esse inquérito fornece é apenas a observação do racismo mediada pela subjectividade dos migrantes. Ou seja, esses dados dizem respeito à observação de percepções de racismo, construídas a partir de experiências pessoais, mas também a partir de relatos de familiares, amigos ou conhecidos, e não à observação dos actos que conduziram à formação dessas percepções.

Como se vê no quadro 1, a maioria esmagadora dos inquiridos considera que há racismo em Portugal. Os que dizem não haver são menos de 2% e o conjunto destes e dos que não sabem ou não respondem à questão não chega aos 5%. Todos os outros afirmam haver, embora essas respostas afirmativas se distribuam por dois níveis: o dos que acham que há muito (63%) e o dos que dizem que há, mas pouco (33%). É claro que não se pode perceber, só por este indicador, o que significa exactamente para os inquiridos haver pouco racismo. Dentro desta resposta podem caber diversas coisas. É de assinalar, de qualquer modo, que o facto de 1/3 dos migrantes ter respondido dessa maneira significa que fez sentido formular a pergunta de forma gradativa e não dicotómica.

As avaliações dos migrantes tornam-se mais substantivas quando se pede àqueles que responderam afirmativamente à questão anterior para dizerem se há ou não racismo num conjunto de situações quotidianas referentes a contextos de interacção muito variados, uns mais informais e fluidos, outros mais formais e localizados. As respostas a esta segunda questão (quadro 2), embora também não

Quadro 1 Percepção genérica de racismo (percentagens)

Percepção genérica de racismo	Percentagem
Há muito	63,0
Há, mas pouco	32,7
Não há	1,8
Ns/Nr	2,5
Total	100,0

Fonte: *Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal, 1995.*

Quadro 2 Percepção de racismo em situações do quotidiano (percentagens)

Percepção de racismo em situações do quotidiano	Sim	Não	Ns/Nr	Total
Nas lojas/café/bancos	59,8	32,8	7,5	100,0
Nas repartições e organismos públicos	61,5	23,8	14,8	100,0
Nas escolas	40,8	25,5	33,8	100,0
No trabalho	75,5	16,8	7,8	100,0
No bairro onde mora (vizinhança)	39,3	52,8	8,1	100,0
No acesso à justiça (tribunais, advogados)	42,5	17,0	40,5	100,0
Nos hospitais/centros de saúde	37,0	43,5	19,6	100,0
Nos transportes	82,0	10,8	7,3	100,0
Quando anda à procura de trabalho	75,5	12,8	11,8	100,0
Quando anda na rua	67,8	24,0	8,3	100,0

Fonte: *Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal, 1995.*

restituem os comportamentos ou discursos concretos que os inquiridos consideram racistas, ajudam a perceber melhor os contornos das suas percepções.

Deve dizer-se, de resto, que, para além das dez possibilidades colocadas à partida pelo inquérito, 21% dos inquiridos referiram-se ainda a outras situações. Parte delas diz respeito apenas a variantes das situações já contempladas no guião, mas várias outras referem-se efectivamente a contextos de interacção adicionais, sendo alguns deles recorrentemente mencionados. Destacam-se aí três tipos de contextos: a procura de casa, referida com bastante frequência; espaços públicos como discotecas, recintos desportivos, cabinas telefónicas, piscinas e praias; e o domínio privado da afectividade e da sexualidade.⁵

Neste último caso incluem-se, mais especificamente, referências relativamente frequentes à dificuldade de estabelecer relações afectivas, formalizadas ou informais, com portugueses brancos e uma ou outra menção a problemas de relacionamento, afectivo e sexual, em casais mistos. A grande maioria destas referências foi feita por homens, mas também houve algumas mulheres que as fizeram.

Mesmo sem darem a perceber os conteúdos exactos das ocorrências em que os migrantes dizem ter sentido racismo, as situações apresentadas pelo inquérito, somadas àquelas que os inquiridos mencionaram por sua própria iniciativa, permitem

traçar um razoável mapa global dos pontos sensíveis de relacionamento interracial quotidiano, sobretudo nos espaços públicos, mas também na esfera privada.

Um primeiro aspecto a salientar no quadro 2 é o das percentagens consideráveis de não respostas registadas em alguns itens, nomeadamente os do “acesso à justiça”, “escolas”, “hospitais/serviços de saúde” e “repartições e organismos públicos”. Mais do que representarem dificuldades de julgamento sobre a existência ou não de racismo nesses contextos, as não respostas resultarão do facto de muitos migrantes não terem contacto com eles ou terem-no apenas ocasionalmente.

O recurso a advogados ou a presença em tribunais, o contacto com estabelecimentos escolares, a ida a hospitais ou a frequência de repartições e organismos públicos é, com efeito, uma experiência que muitos migrantes não têm, ou só têm esporadicamente, razão pela qual não terão podido formular opinião. Já nas situações mais comuns do quotidiano — trabalho, transportes, estabelecimentos comerciais e circulação na rua — as não respostas registam sintomaticamente os seus valores mais baixos.

Quanto às respostas activas, elas podem arrumar-se em dois grupos distintos: o daquelas em que o “sim” atinge valores muito elevados, perto ou acima dos 70%, e um outro em que o desnível entre respostas positivas e negativas é menos acentuado, ou em que o “não” chega mesmo a representar a maioria das opiniões. Os transportes, a esfera profissional, contando aqui, quer os locais concretos onde se trabalha, quer as situações em que se procura trabalho, e a circulação na rua são os contextos em que as avaliações dos migrantes mais apontam para a existência de racismo. Em sentido oposto sobressaem, com alguma surpresa, os contextos residenciais, em que as respostas negativas suplantam claramente as positivas.

O discurso directo dos migrantes nas entrevistas ajuda a compreender melhor o sentido destas percepções. Ele ilustra-as com exemplos concretos relativos a vários dos contextos e situações mencionados, exemplos que o inquirido só lateralmente pôde captar. Desse discurso, note-se, retiveram-se apenas os relatos de experiências vividas pelos próprios entrevistados, e não as descrições ou alusões a casos passados com terceiros.

Os motoristas das camionetas falam assim para as pessoas, pronto, falam assim com as pessoas de cor, eu às vezes assisto àquilo, fico a entender também que são racistas... Não só os motoristas, assim como dos passageiros também, às vezes uma pessoa fica assim, o banco é para duas pessoas, às vezes um branco assim sentado, um preto, pronto, a entrar e a querer sentar ao lado do branco, o branco levanta logo.

E: Já aconteceu consigo?

Já.

[Imigrante, 35 anos, empregada doméstica e estudante universitária, Lisboa]

Entrámos e éramos cinco, e eu era o único africano e eram três raparigas portuguesas e um rapaz português também. Fomos jantar fora, e não sei quê, e então saímos, e vínhamos de autocarro, entrámos, pronto, havia lá quatro lugares, sentámo-nos de cara. Eu sentei-me e uma rapariga sentou aqui, um rapaz sentou aí e outra rapariga sentou, ficou uma em pé e sentou-se em cima das minhas pernas e eu agarrei-a. Veio um

senhor, começou logo: “se calhar era melhor ir trabalhar nas obras do que andar aqui atrás de...”, quer dizer, começou a mandar umas bocas assim. E os colegas todos ficaram logo naquela de nervosos, a querer... Está bem, vá lá, vocês também têm que ter paciência, vocês não me vão dizer que vão fazer besteiras aqui! Deixa lá, vocês não percebem que aqui conta outra cultura? Vocês têm que começar a abrir os olhos nesse sentido! Porque este senhor, se tivesse minimamente o 12.º ano, uma cultura um pouco mais, sabia decifrar as coisas. Por isso, eu não vou minimamente ligar a isto. E continuámos a falar, até chegarmos e lá descemos.

E: E o homem calou-se?

O gajo continuou lá a falar, se calhar estava, estava, um pouco de copos também, não é, e eu acho que aquilo a mim não me afectou nenhuma porque, se calhar, se eu fosse uma pessoa com menos cultura também, aí podia haver, percebes, podia aí haver, começar a haver choques, mas para mim não me faz diferença nenhuma.

[Imigrante, 33 anos, ladrilhador, Lisboa]

O primeiro destes dois testemunhos pode considerar-se o paradigma de vários outros relatos semelhantes recolhidos tanto nas entrevistas como aquando da aplicação do questionário, em observações adicionais de alguns inquiridos. Por um lado, a recusa da extrema proximidade física — característica justamente dos transportes colectivos — com negros; por outro lado, o exercício discriminatório da pequena autoridade de fiscais e motoristas, que, como referia outro migrante, “não pedem os passes aos brancos, mas pedem aos negros”.

No segundo caso, estamos perante uma manifestação de racismo que, como outras a seguir apresentadas, nada tem de subtil, assumindo, pelo contrário, uma forma aberta e primária. É o tipo de episódio que podia ter-se passado noutro espaço público qualquer, mas que parece ser potenciado pelas características simultâneas de proximidade, anonimato e visibilidade de comportamentos que os transportes públicos, especialmente os autocarros, encerram.

Contém, além disso, dois ingredientes que aparecem em vários outros relatos. Um é a vítima de racismo estar, no momento, acompanhada por amigos portugueses brancos ou fazer menção a eles no curso do que está a contar; outro é a atribuição do racismo à falta de informação, formação ou escolaridade dos seus protagonistas.

Também no campo profissional os relatos dos entrevistados permitem perceber por que razão ele aparece como um dos contextos relativamente aos quais as percepções de racismo captadas pelo inquérito são mais salientes.

Uma vez houve um gajo que trabalhava lá, que era um branco, eu para mim entendo que era por questões de racismo, mas não estou a tomar isso em conta de que... eu não estou a dizer que os portugueses aqui não foram bons para mim, sempre tive bons amigos. Só foi essa excepção, naquela obra onde eu estive a trabalhar é que eu tive esse problema. Havia lá um gajo que, quando eu cheguei, houve uma pessoa até que me chamou a atenção, “olha, muita cautela com esse gajo, porque ele anda a fazer muita queixa das pessoas e não sei quê”. E foi num domingo que eu fui trabalhar, disseram que quem quisesse ir trabalhar ao domingo que podia ir, eu fui trabalhar a um

domingo e acontece que um amigo, havia lá um amigo, em vez de chamar-me pelo nome, não, ele me chamava sempre de preto, preto, preto, preto. Eu disse-lhe, “eh pá, isso... já me estás a aborrecer...”

E: Esse homem?

Não. Era um outro, trabalhador também. Trabalhava lá a horas, exactamente. Eu disse-lhe, “eh pá, eu sei o teu nome, chamas-te Quim, que é Joaquim, Eu também chamo-me Djaló, chama-me pelo nome, por favor. Assim, sinto-me melhor. Eh pá, brincadeira é brincadeira, preto para lá de um momento para o outro, passa assim, tudo bem, eu não me importo, isso eu sei que é brincadeira, mas sempre, constantemente, isso também fere o orgulho de uma pessoa. Eu tenho um nome e tu também tens nome, vamos tratar assim pelo nome, porque isso já está a ficar um bocado feio. Vim para aqui, tu não me conheces de lado nenhum e eu não te conheço, portanto, lá porque estamos aqui no mesmo, isso não é suficiente para nos estarmos assim, a querer entrar assim mais a fundo e querer gozar”. E ficámos assim. O homem, ele estava a ouvir isso e dois dias seguidos o encarregado não veio e na quarta-feira apareceu ali na obra. E ele, como eu já sabia que eles costumavam dizer que o gajo era assim, andava a dar queixa das pessoas, eu não sei o que é que ele foi dizer ao encarregado, e o encarregado chegou ao pé de mim e “desculpe lá, mas estamos a ter problemas com trabalhadores, já temos muita gente e para mim talvez amanhã não valha a pena vires”, disse-me logo assim o encarregado. Não me passou nada assim pela cabeça naquela altura, mas fiquei a pensar, “eh pá, mas o que é que eu fiz? Estão a mandar pessoas embora se ainda têm trabalho, têm ainda pisos para fazer?”

[Imigrante, 33 anos, electricista na construção civil, Lisboa]

Eu penso que há, que é um problema que nos acontece muitas vezes, a mim e ao meu marido. Nós fomos formadores em clubes de desporto para deficientes, jovens, deficientes e não deficientes, então o que acontecia muitas vezes, nós saímos para irmos a algum local, somos anunciados ou pedimos para ir lá fazer uma visita e vamos com os formandos, chegamos lá, nunca se dirigem a nós. Vão ao branco que estiver ao lado, falam com eles, depois é que eles dizem: “está aqui o professor e a professora” (risos). Isso acontece assim, muitas vezes!

[Luso-guineense, 48 anos, professora de educação física, Lisboa]

Mas há brancos, formados, engenheiros, doutores, têm aquela ideia, não gostam dum negro, não gostam, pronto. Há um gajo, engenheiro civil, ele perguntou-me se na Guiné há vivendas. Eu disse-lhe: “não, não há, só há... há árvores. E eu vivo à beira da árvore onde dorme o embaixador de Portugal” (risos). Claro que sim, pá. Ele mereceu essa resposta. Pois. E ele viu que isso é falta de respeito.

[Imigrante, 32 anos, armador de ferro na construção civil, Porto]

(Há racismo) em todos os aspectos... se eu fosse um português já trabalhava na minha especialidade. Já tentei fazer um concurso e um senhor disse-me que aquilo era para um engenheiro, eu disse “eu sou um engenheiro”, e depois ele disse-me para desculpar que aquilo era para portugueses... Se eu fosse... ao menos, nem se não trabalhava

como português arranjava um trabalho para dar aulas. Eu já tenho equivalência, já tenho tudo, mas mesmo assim não consigo.

[Imigrante, 36 anos, pintor na construção naval, Lisboa (licenciado em engenharia química na ex-União Soviética)]

É evidente que estamos aqui perante situações de natureza e gravidade muito diferente. No segundo e terceiro casos há, sem dúvida, manifestações verbais de preconceito, mas relativamente inócuas. No segundo não é suposto, para os intervenientes brancos, que num grupo racialmente misto de professores e alunos adultos sejam os negros os professores, mas a expressão desse preconceito, provavelmente inadvertida, não impede que a interacção seja rapidamente corrigida e siga o seu curso sem mais incidentes. No episódio das vivendas na Guiné, o próprio humor desconcertante da resposta dada tem um efeito correctivo instantâneo, que terá ficado, de resto, na memória do dito engenheiro.

Já a primeira ocorrência tem contornos muito diferentes. Por um lado, há uma prática de ofensa verbal recorrente — como em muitos outros testemunhos, quer nas entrevistas, quer no inquérito, o migrante aqui visado atribui à designação “preto” um sentido pejorativo — e de desconsideração pessoal. As formas de tratamento e a linguagem de teor racista, como, por exemplo, um empreiteiro dizer que “os pretos só servem para pasto de crocodilos”, são, de resto, e mesmo descontando aqueles casos em que se fala num registo de mera brincadeira, relativamente comuns no contexto da construção civil, a julgar pelo testemunho de muitos guineenses e pelo que se sabe por outras fontes (Monteiro, 1995).

O que torna esta situação muito mais grave do que as outras duas é, no entanto, o facto de se tratar de um caso de injustiça e discriminação flagrantes, em que se usa o poder de modo discricionário. É um caso que se coloca, em suma, na mesma linha daqueles em que se aproveita o estatuto precário e/ou ilegal de muitos migrantes para se deixar salários por pagar ou pagar diferente por trabalho igual.

O último excerto, por sua vez, diz respeito ao problema do racismo no acesso ao emprego, ou melhor, no acesso a segmentos qualificados do emprego. Como se viu no quadro 2, a percepção de racismo “quando se anda à procura de trabalho” foi das que atingiu percentagens mais elevadas nas respostas ao inquérito.

Podemos convir, seguindo a análise de Robert Miles para o caso inglês, que o recrutamento de assalariados tem “uma dimensão representacional” em que o empregador joga sempre com dois parâmetros distintos e cruzados: por um lado, as capacidades e qualificações requeridas por cada posto de trabalho; por outro, as capacidades e qualificações das pessoas concretas que se oferecem para ocupar esse posto. Na medida em que nessa avaliação o empregador hierarquize os candidatos, não em termos das suas características individuais, mas em função da sua pertença a determinada categoria étnica ou racial, atribuindo de forma determinista a cada indivíduo as características que preconceituosamente atribui a essa mesma categoria, o recrutamento torna-se racializado (Miles, 1989: 125-126).

Embora a evidência empírica disponível não permita substantivar devidamente a percepção de racismo manifestada a este nível pelos migrantes, não é difícil aceitar, até pelo que os testemunhos dos entrevistados mostram para outras esferas da vida

social, que haverá empregadores portugueses a funcionar segundo essa lógica racializada, não propriamente na construção civil e nos serviços pessoais e domésticos, setores em que a dependência da mão-de-obra migrante é estrutural, mas noutros segmentos do mercado de trabalho.

Vale até a pena perguntar o que acontecerá no mercado de trabalho, em termos raciais, numa eventual conjuntura de aumento grave do desemprego, ou então numa fase mais adiantada do ciclo migratório, em que a procura de trabalho por parte dos migrantes, especialmente dos seus descendentes, se passe a fazer com maior frequência fora dos circuitos desqualificados e precários a que a grande maioria se cinge actualmente.

Dito isto, importa não perder de vista que já hoje há segmentos da população de origem africana bem firmados em localizações profissionais privilegiadas, seja nas profissões intermédias, nas profissões intelectuais, científicas e artísticas, seja mesmo no campo empresarial. É claro que se trata de segmentos diminutos e quase sempre constituídos, não por migrantes laborais propriamente ditos, mas por luso-africanos (Machado, 1994).

Mas sendo estes luso-africanos também negros ou mestiços, os seus trajectos e situações servem de contra-exemplo àqueles casos em que, por motivos raciais manifestos ou subtis, não se recrutam outros negros ou mestiços para lugares qualificados. No caso dos luso-guineenses, em particular, são factores extra-raciais, como a posse de nacionalidade portuguesa, o mais longo tempo de residência ou o ter-se feito, até certa data, a formação universitária em Portugal, a ditar os seus percursos de vantagem social sobre os migrantes laborais seus conterrâneos (Machado, 1999).

A descrição de alguns episódios passados na rua, por seu turno, é também importante para perceber os contornos mais amplos das percepções de racismo que aqui estão em análise e a pluralidade de aspectos contida nessas percepções.

Os meus pais já conheciam isto, já tinham vindo cá em 69. E depois contaram uma coisa que até agora tenho ainda na memória. Foram visitar uma aldeia, ali para os lados de Guimarães, e que as pessoas — eles não são assim muito escuros, são assim mais ou menos da minha cor, têm mistura na raça — e que as pessoas todas saíram “olha os pretos, os pretos”, começaram a passar a mão assim neles, nos braços da minha mãe e do meu pai, para ver se não sujavam, e tal. E diziam, “Ah, mas não estão sujos, não fica preto”, não sei que mais. E eles contavam isso, nós éramos pequenos.
[Luso-guineense, 38 anos, empregada de contabilidade, Porto]

Eu penso que têm aumentado os indícios de racismo, o que é preocupante. Como disse há bocado, quando vim para Portugal (em 1967) havia cá poucos negros e, nomeadamente, guineenses havia muito poucos. As relações eram, pronto, havia até da parte da população portuguesa em relação aos negros, digamos que as pessoas eram tratadas muitas vezes de forma paternalista até, pronto... mas havia sempre, havia sempre aqueles comentários que se podem considerar racistas, sei lá, preto para aqui, preto para acolá...

E: Nessa altura, havia?

Havia, havia, mas talvez em menor escala. Inclusivamente, quando estava em Braga, quando íamos para a cidade e tínhamos de passar numa aldeia, portanto, o colégio ficava num planalto, depois descíamos e quando íamos a passar numa pequena aldeia as crianças cantavam “os pretos da Guiné lavam a cara com café”, (risos) “têm vergonha de ir à missa com sapatos de cortiça” (risos) e então faziam uma festa enorme, mas, pronto, era a tal curiosidade, talvez...

[Luso-guineense, 45 anos, jurista no Ministério das Finanças, Lisboa]

Foi no Rossio, eu ia com um colega, íamos comer a um restaurante e uma dessas pessoas que têm cão, pronto, o cão veio e sujou-me as calças. Então, eu disse. “Olhe, mas como é que é isto?”. E estava lá outro senhor ao lado — é a tal coisa que eu disse, é a formação de algumas pessoas aqui que às vezes não se compreende — “Ah, então, se calhar tu és porco muito mais que esse cão, o cão é mais limpo!”. Aí é que eu fiquei mesmo... Aí deu-se a bronca. Deu-se a bronca e as pessoas começaram a encher e apa-receu lá um colega: “Ó pá, deixa estar e vamos embora, não sei quê”.

[Imigrante, 38 anos, electricista na construção civil, Lisboa]

Bom, eu acho que há, há racismo mesmo, porque há uma vez, eu fui aqui numa amiga portuguesa, fui onde é que ela trabalha, ela convidou para ir tomar café, e fomos lá, e tomei café, e saímos juntos, ela acompanhou-me até à paragem do autocarro. Estou à espera do autocarro para voltar para cá, vem uma carrinha com três pessoas, mulheres e rapazes, depois passam ao pé de nós, “ó preto, vai para a tua terra, deixa as mulheres brancas”, e outro tinha um maço de cigarro, um maço de cigarro vazio, mandou-me o maço de cigarro, deu-me aqui no peito. Pronto, eu não liguei, mesmo se for ligar não posso fazer nada, e fiquei assim. Mas, pronto, estava mesmo a rir com aquela rapariga, mas estava mesmo chocado.

[Imigrante, 32 anos, pedreiro na construção civil, Lisboa]

Uma vez mais, estamos diante de situações muito desiguais, em termos de natureza e gravidade. As duas primeiras, passadas há mais de trinta anos em zonas do país onde o contacto com negros era pouco frequente ou raro, são, ao mesmo tempo, ostensivas, na sua hipervalorização de um traço físico diferente, neste caso a cor da pele, mas relativamente inconsequentes. Revelam mais espanto e curiosidade — em si mesmos surpreendentes, especialmente no primeiro caso — do que intenção de ofender.

Já as duas últimas, a do cão e a do maço de cigarros atirado juntamente com ofensas verbais, representam, pelo contrário, o racismo em algumas das suas modalidades mais primárias, explícitas e agressivas, ou seja, para voltarmos a qualificações conceptuais discutidas anteriormente, são casos de racismo flagrante, não só como atitude mas como prática concreta.

O último conjunto de testemunhos, referente a contextos de interacção variados — lojas, discotecas, procura de casa — serve também para ilustrar expressões flagrantes de racismo, tanto ao nível dos preconceitos, como em termos de discriminação.

Às vezes, uma pessoa entra numa loja para comprar qualquer coisa, pergunta, eles dizem “não, não tem”, mesmo que tiver um lá, dizem não porque, só uma pessoa ser preta, eles acham que alguém não tem dinheiro para comprar ou essas coisas, comecem logo a desculpar.

[Imigrante, 26 anos, operária industrial, Porto]

Tive, tive, tive essa experiência. Há uma pessoa que me disse na cara, olhe, desculpe lá, mas eu não quero pessoas de cor na minha casa. Fui ali, e estava a sair uma pessoa numa casa, a pessoa disse-me, olha, vai lá falar com o senhorio. Fui lá falar com o senhorio e o senhorio disse-me que ele não queria lá pessoas de cor porque depois a gente traz droga para casa. Disse, olhe, desculpe lá, eu não quero pessoas de cor cá, vocês fazem barulho, e depois trazem droga para o bairro.

[Imigrante, 36 anos, pintor na construção naval, Lisboa]

Eu, sinceramente, não posso dizer que não há, mas, ao mesmo tempo, também não posso dizer que há. Nunca tive uma experiência própria que me afectasse muito. Mas houve ocasiões... Por exemplo, uma ocasião no Bairro Alto, saímos com esse meu colega da faculdade e com o namorado da irmã, saímos sempre nós os quatro. Então fomos ao Bairro Alto, a uma sexta-feira, entramos num daqueles bares, então eles estavam à frente e eu estava atrás, então entraram os três e eu ia a entrar e o gajo, o rapaz, o porteiro, pôs a mão no meu peito, disse “não pode entrar”. Eu disse “o quê? então eu venho com os meus colegas, todos a entrar, e eu não posso entrar?”, “não, pá, isto está restrito”, não sei quê. Aquilo, pá, saltou-me logo à vista. Pensei logo, pá, é problema racial, problema de cor. Então o meu colega, como não me viu, voltou logo atrás, e chamou o nome do rapaz, do porteiro, e disse-lhe, “mas nós estamos juntos”, e ele, “ah! vocês estão juntos? Então passa”. E eu disse não, não vou também. Então a irmã teve de sair, expliquei-lhe tudo, então vamos embora, vá.

[Imigrante, 36 anos, servente da construção civil, Lisboa]

O primeiro excerto de discurso reporta-se a situações em que, não havendo propriamente discriminação racial, se torna bastante transparente uma das muitas faces que o preconceito pode assumir — se se é negro é-se pobre e, logo, não se tem dinheiro para comprar determinado bem.

Os outros dois excertos dizem respeito a episódios de plena convergência de preconceito e discriminação. No caso da discoteca, fica à vista que sozinho o entrevistado não conseguiria entrar. A própria mudança de atitude do porteiro, quando se apercebe de que, afinal, ele está acompanhado por brancos não sujeitos à alegada reserva de admissão, é a melhor prova dos seus preconceitos. O caso da tentativa gorada de alugar casa, finalmente, além de associar preconceito e discriminação efectiva, tem a particularidade de a verbalização desse preconceito ser completamente explícita, pouco ou nada se escondendo do que se pensa. Tão pouca subtilidade, pode dizer-se, não será, com efeito, muito comum.

Olhando agora globalmente para este conjunto tão diversificado de relatos sobre racismo, tanto do racismo-preconceito como do racismo-discriminação, relatos que corroboram as percepções captadas genericamente pelo inquérito, vale a

pena sublinhar e sistematizar alguns parâmetros de análise que foram sendo esboçados à medida que o discurso dos entrevistados era apresentado.

A primeira ideia é a de que a variedade observável de formas do racismo está associada a uma diferença de graus de gravidade de que é importante dar conta analiticamente. Discutir e qualificar o racismo em termos dicotômicos, há ou não há, e quando há considerar que ele é homogêneo e sempre muito, não ajuda à compreensão do mesmo e acaba por perturbar a capacidade de distinguir o que é efectivamente grave — a discriminação racial em diferentes modalidades e o preconceito enquistado e activo, mais ou menos ideologizado, e facilmente transponível para a prática — dos casos de mera expressão inadvertida de preconceitos e imagens raciais inconsequentes.

Em segundo lugar, interessa dizer que, como tão bem mostram vários dos testemunhos, o racismo flagrante está bem vivo em alguns sectores da sociedade portuguesa. Trata-se, portanto, de manter em primeiro plano aquilo que os recentes trabalhos sobre o chamado racismo subtil têm considerado secundário e em declínio. A insistência tendencialmente exclusiva na temática do racismo subtil, nos termos em que tem sido veiculada especialmente pelos estudos de Thomas Pettigrew (1993, 1999) e pela sua réplica em Portugal (Vala, Brito e Lopes, 1999), tem favorecido a generalização da ideia de que, hoje, todo ou quase todo o racismo é desse tipo, o que não deixa de contribuir para subestimar e ocultar as suas manifestações mais abertas.

Um terceiro ponto a merecer comentário é o facto de, em vários dos episódios relatados pelos migrantes, incluindo alguns em que o racismo assume formas explícitas de preconceito e discriminação, eles estarem acompanhados por amigos ou colegas portugueses brancos.

Essa presença é importante por duas razões. Primeiro, em termos mais imediatos, pela intervenção mais ou menos enérgica desses amigos ou colegas face aos actos testemunhados. Mas ela é ainda mais importante por mostrar — confirmando resultados obtidos no estudo das sociabilidades dos guineenses (Machado, 1999: 307-376) — que muitos desses migrantes estão inseridos em redes de relacionamento interétnicas e interracialis, o que significará certamente menor vulnerabilidade ao racismo no curso da vida quotidiana do que nos casos em que essas sociabilidades sejam ténues ou nulas.

Finalmente, e esta é a última e quarta nota, vale a pena reter aqui o estudo em que Philomena Essed apresenta o conceito de racismo quotidiano, discutido noutra lugar (Machado, 2000). Há grande paralelismo entre algumas das situações contadas pelos migrantes guineenses e aquilo que Essed, com base na recolha qualitativa alargada feita junto de mulheres negras na Holanda e nos EUA, chama “cenários de racismo”: o cenário “procura de quarto para alugar”, o cenário “entrada numa loja” ou o cenário “sair com um homem branco” (1991: 293-294).

A existência de manifestações difusas de racismo nestes e noutros contextos da vida corrente não autoriza, no entanto, o maximalismo colocado na definição de racismo quotidiano, conceito que, segundo a autora, visa superar a distinção entre racismo individual e racismo institucional, considerada enganadora, e “ligar as microexperiências do dia-a-dia ao contexto estrutural e ideológico em que elas

tomam forma” (*idem*: 288). Haver racismo no quotidiano não significa que haja racismo quotidiano, nesse sentido de um racismo que impregna estruturalmente todos os contextos e interações. Trata-se de uma maneira falaciosa de pensar, que é fácil de usar para dizer exactamente o contrário. Ou seja, podemos tomar as inúmeras situações do quotidiano em que não há racismo e “provar” com isso que a sociedade é ideológica e estruturalmente não racista.

Voltando agora aos resultados do inquérito, há, como vimos no quadro 2, um dado surpreendente, que é o de o bairro/vizinhança ter sido o tipo de contexto sobre o qual os inquiridos menos disseram haver racismo. Foi mesmo o único caso em que as respostas negativas (isto é, as dos que dizem não haver racismo) ultrapassaram largamente as positivas. Além disso, em nenhuma das 21 entrevistas em que se abordou o tema surgiu qualquer relato de racismo em contextos desse tipo.

Sabendo-se que a coexistência interétnica e inter-racial em espaços residenciais não gera, por si só, experiências de interacção efectiva (Marques e outros, 1999: 278) e nem sempre é pacífica (Craveiro e Meneses, 1993; Alves, 1994; Quedas, 1994; Gonçalves, 1994; Machado, 1999: 317-321), e tendo também em conta, neste caso particular, que a esmagadora maioria dos guineenses tem vizinhos portugueses, como interpretar estes resultados?

Um primeiro elemento de resposta tem a ver com o tipo específico de relacionamento social característico dos contextos de vizinhança em geral. Mesmo quando as relações de vizinhança, como acontece em muitas zonas urbanas, não são relações de interconhecimento no sentido forte da palavra, não deixa de haver um efeito de proximidade que decorre do simples reconhecimento dos outros como vizinhos.

Ora, no que respeita especificamente às zonas de vizinhança inter-raciais, essa proximidade, ainda que não passe de uma familiaridade muito distanciada, tenderá a atenuar manifestações de racismo, por duas vias. Ou porque ajuda a diluir eventuais percepções que associem a presença de membros de minorias étnicas ou raciais a uma “ameaça à segurança” (Vala, Brito e Lopes, 1999), ou porque obriga a uma autocontenção que espaços públicos mais anónimos, como a rua ou os transportes, só por si não impõem.

Mas só esse factor não explicará inteiramente que se considere haver menos racismo nas zonas de residência do que noutros contextos de interacção quotidiana. O padrão de distribuição residencial dos guineenses, que é, em média, mais disperso do que concentrado, mais em zonas de alojamento clássico do que em bairros de barracas (Machado, 1999: 211-226), não deixará de contribuir também nesse sentido.

Sem ter de aceitar a ideia de que existiria o chamado “limiar de tolerância” a partir do qual a concentração residencial de minorias étnica ou racialmente diferentes seria necessariamente fonte de conflito, limiar cujas tentativas de quantificação se revelaram, de resto, altamente inconclusivas (Rudder, 1991), pode, em todo o caso, dizer-se que o racismo em zonas residenciais, e a sua consequente percepção por parte daqueles que são tomados como alvo, será mais provável quando os membros dessas minorias formam enclaves habitacionais no meio da população maioritária do que quando estão dispersos.

Mais rigorosamente, dir-se-ia que essa probabilidade é maior quando as populações residencialmente concentradas têm, além disso, contrastes sociais e contrastes culturais acentuados com a população envolvente e há segmentos desta última que passam a ver esses vizinhos como uma ameaça. Estando a maioria dos guineenses residencialmente dispersa, as suas percepções não reflectiriam, portanto, esse sentimento de hostilidade racial mais ou menos marcada que minorias ao mesmo tempo espacialmente concentradas, socialmente desfavorecidas e culturalmente diferenciadas, podem ter à sua volta.

Vale a pena notar, ainda, que a dispersão residencial dos guineenses não deixa de representar um contraponto às suas percepções de racismo nas situações em que procuram arrendar locais de habitação. Seja porque o racismo nessas situações não é tão generalizado como parece, seja porque em muitos casos é apenas o mercado que vence o preconceito, a resultante é, de qualquer modo, uma distribuição residencial que está longe da segregação espacial.

Variações sociais na percepção de racismo

Outra questão que importa colocar quando se analisa percepções de racismo, tal como podem ser recolhidas pela metodologia do inquérito por questionário, é a de saber se essas percepções variam ou não de acordo com as características sociais dos seus portadores. Dito de outra forma, se há ou não diferenciações sociais na percepção de racismo.

No estudo já citado sobre os guineenses em Portugal (Machado, 1999), foi possível verificar que há factores de diferenciação interna dos migrantes, como o estatuto sociojurídico, a classe, a etnia ou o género, que operam em termos sistemáticos e transversais, começando no próprio recrutamento dos migrantes na sociedade de origem e nos seus projectos migratórios, passando pelas composições sociodemográficas ou socioprofissionais e prolongando-se até às sociabilidades, língua ou religião.

Será que esses factores de diferenciação também se fazem sentir aqui?

No quadro 3 cruza-se o indicador global de percepção do racismo usado no inquérito com cada uma daquelas quatro variáveis de diferenciação interna. Como se vê, exceptuando o estatuto sociojurídico, há em todos os outros casos variações sensíveis globais desse indicador, perceptíveis pelos afastamentos em relação ao seu valor médio. As mulheres dizem mais do que os homens haver muito racismo; para os muçulmanos há muito mais racismo do que para manjacos e mancanhas, ficando papéis e crioulos em posições intermédias; para os sectores de classe mais desfavorecidos, ou seja, operários e empregados executantes, há mais racismo do que para os profissionais técnicos e de enquadramento.

Não é fácil interpretar o sentido destas distribuições e para sustentar firmemente essa interpretação seriam necessários elementos de pesquisa mais aprofundados. Pode, em todo o caso, dizer-se, genericamente, que as percepções que os migrantes têm do

Quadro 3 Percepção de racismo segundo o estatuto sociojurídico, o género, a etnia e a classe social (percentagens)

Percepção de racismo	Há muito	Há, mas pouco	Não há	Ns/Nr	Total
Imigrantes	63,3	31,6	2,4	2,7	100,0
Luso-guineenses	62,9	36,2	—	1,0	100,0
Homens	59,1	35,1	2,5	3,3	100,0
Mulheres	72,4	27,6	—	—	100,0
Papéis	57,0	38,0	2,5	2,5	100,0
Manjacos e mancanhas	53,8	40,4	2,9	2,9	100,0
Muçulmanos	72,4	25,3	1,1	1,1	100,0
Crioulos	64,3	33,9	—	1,8	100,0
Profissionais técnicos e de enquadramento	53,4	41,4	—	5,2	100,0
Empregados executantes	68,5	31,5	—	—	100,0
Operários	63,7	30,9	2,7	2,7	100,0
Total	63,0	32,7	1,8	2,5	100,0

Fonte: *Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal, 1995.*

racismo dependerão bastante das suas modalidades de inserção na sociedade portuguesa e do tipo de relacionamentos sociais quotidianos em que essa inserção se transcreve.

Comparem-se, por exemplo, imigrantes e luso-guineenses. Se a percepção global de racismo não difere nos dois sectores, já quando desdobramos essa percepção por tipos de contextos há diferenças que se desenham com nitidez: para todos os contextos institucionais — repartições e organismos públicos, escolas, tribunais, hospitais — os luso-guineenses dizem sempre haver mais racismo do que os imigrantes.

O que explicará essa diferença não é tanto que luso-guineenses e imigrantes tenham aí tratamento diferencial, mas a própria frequência dos contactos de uns e outros com esses contextos, maior para os luso-guineenses do que para os imigrantes, o que tem a ver, sobretudo, com o tempo de residência e a fase do ciclo migratório em que se encontram. As percentagens de não respostas sobre a existência de racismo em contextos institucionais são, de resto, em concordância com o que acabou de se dizer, sempre maiores entre os imigrantes.

Diferenças nos quadros de relacionamento e experiência quotidianos poderão também ajudar a explicar que a percepção global de racismo seja maior do lado das mulheres do que do lado dos homens. A hipótese interpretativa é a de que enquanto os homens têm um quotidiano mais confinado ao circuito trabalho-transportes-casa, sendo, no caso do trabalho, os seus horários geralmente bem mais longos do que os das mulheres, estas participam mais, no dia-a-dia, noutros contextos de interacção e, por essa via, têm contacto com uma maior diversidade de ocorrências que podem percepcionar como racistas.

Uma segunda hipótese a não excluir, mas que exigiria mais evidência

empírica, é a de que, em certas circunstâncias, o género e a pertença racial possam funcionar como dimensões cumulativas de preconceito e discriminação, aquilo que Philomena Essed designa por “racismo sexado” (1991: 5), o que faria com que as mulheres sentissem racismo em situações em que os homens não sentem.

No que respeita às diferenças de percepção em função da pertença étnica, a questão está em saber por que razão os migrantes muçulmanos dizem muito mais do que quaisquer outros haver racismo. Uma vez mais se pode sugerir que a resposta se encontrará, provavelmente, na modalidade de inserção na sociedade portuguesa predominante entre esses migrantes e no quadro relacional em que eles se movimentam.

Sabe-se que os guineenses de etnias muçulmanas vivem espacialmente mais concentrados do que a média, têm sociabilidades intra-étnicas fortes e interétnicas fracas e são os mais contrastantes com a sociedade envolvente em termos linguísticos e religiosos (Machado, 1999). Se somarmos a isso o facto de serem também os mais visíveis na sua diferença, devido ao uso de indumentária própria que os distingue de todos os outros, não será errado pensar que possam, por esse acumulado de diferenças, ser mais vezes alvo de manifestações que tomem como racistas, e que seja justamente isso que as suas percepções reflectem.

A diferença de percepções de racismo consoante os lugares de classe, com os migrantes de condição social mais favorecida a considerarem haver menos racismo do que os de condição mais desfavorecida, poderá compreender-se, finalmente, se pensarmos que a inscrição dos primeiros na sociedade portuguesa é feita mais de continuidades do que de contrastes. Não só os seus recursos económicos, escolares e profissionais os afastam da situação de contraste em que se encontra a grande maioria dos migrantes, como são também os que têm sociabilidades mais interétnicas e mais afinidades linguísticas e religiosas com os portugueses.

Sempre na presunção, que parece legítima, de que as percepções de racismo reflectem um balanço de experiências pessoais a esse nível, pode dizer-se que, enquanto no caso dos migrantes muçulmanos o acumulado de contrastes os tornará alvos mais frequentes de racismo, o acumulado de continuidades sociais e culturais torna os migrantes de maiores recursos profissionais e escolares menos alvos dele. Um estudo qualitativo recente sobre jovens descendentes de migrantes cabo-verdianos dá conta desta mesma relação entre condição de classe e percepção de racismo. Os socialmente mais desfavorecidos são quem mais se queixa do racismo, ao passo que os de classe média são os que menos acham que ele existe (Nóbrega, 1998: 68-71).

O facto de a percepção de racismo baixar — não perdendo de vista que é globalmente elevada — com o aumento dos recursos económicos, escolares e relacionais daqueles que são as suas potenciais vítimas, ou, dito de outra forma, de modo inversamente proporcional aos seus capitais económicos, escolares (os migrantes com escolaridade universitária são os que menos dizem haver racismo) e sociais, levanta a questão de saber o papel que desempenha a variável classe na construção do preconceito racista, transposto ou não para a prática, e, conseqüentemente, no modo com ele é percebido.

Dir-se-ia que, tanto no plano do preconceito, como no da sua percepção, há uma combinação de critérios raciais e critérios sociais, que não é, na maioria das vezes, consciencializada pelos actores envolvidos.

O migrante de condição desfavorecida sentirá mais racismo porque o preconceito e/ou discriminação de que é vítima tendem a ser amplificados pelo facto de ele ser socialmente contrastante com o perfil médio da população portuguesa, ou seja, por haver um duplo contraste, racial e social; o migrante de condição social favorecida sentirá menos racismo porque, no seu caso, o contraste racial se combina com proximidade social, o que tende a poupá-lo a manifestações de hostilidade que, sendo na aparência racialmente motivadas, se devem mais a questões de condição social.⁶ Essa proximidade, contudo, não deixa de ser, por vezes, matéria para preconceitos de segundo grau, como dizer que o migrante com uma profissão qualificada ou com escolaridade elevada “nem parece negro” (ou “guineense” ou “cabo-verdiano”), justamente porque ele contradiz o estereótipo racial mais comum.⁷

Um último tópico a referir neste ponto é o que diz respeito à relação entre redes de sociabilidade e percepções de racismo. Como acabámos de ver, o que faz os contrastes dos migrantes muçulmanos, por um lado, e as continuidades dos migrantes profissionais técnicos e de enquadramento, por outro, não é só o perfil de classe desigual, mas também o facto de os primeiros terem sociabilidades interétnicas fracas e os segundos as terem fortes. Será que há uma relação mais geral entre a composição das redes sociais dos migrantes e as suas percepções de racismo? Será que ter mais ou menos amigos ou familiares portugueses modifica o sentido dessas percepções?

Os dados recolhidos pelo inquérito aos migrantes guineenses apontam firmemente para uma resposta positiva a essas perguntas e, mais do que isso, convergem em grande medida com os resultados das pesquisas que, do lado da formação dos estereótipos e preconceitos, dão conta de uma relação estreita entre sociabilidade inter-racial e diminuição do racismo. A relação entre contacto social e redução de estereótipos era já identificada, nos anos 50 do século XX, por Gordon Allport para a realidade norte-americana. Em Portugal, o estudo recente de Vala, Brito e Lopes (1999: 102, 193-194) encontra resultados muito semelhantes a esses e próximos, também, dos do estudo europeu mais alargado realizado dois anos antes: nas palavras dos autores “o contacto de amizade revelou-se um preditor consistente da redução do preconceito” (*idem*: 193).

Ora, não deixa de ser especialmente significativo encontrar, agora do lado dos que são alvos potenciais de racismo, correlações com o mesmo sentido entre variáveis da mesma natureza. Assim, os migrantes com amigos portugueses dizem menos haver “muito racismo” (59%) do que aqueles que não os têm (71%), o mesmo acontecendo quando se compara os que têm familiares portugueses com os que não os têm (53% contra 66%) e ainda os que têm cônjuges portugueses com os que têm cônjuges guineenses (50% contra 65%).

Na interpretação feita acima, a propósito das diferenciações sociais na percepção de racismo, ou seja, das variações dessa percepção de acordo com os perfis sociais dos migrantes, sugeriu-se que o modo como diferentes sectores da população migrante

percepção do racismo depende das suas modalidades específicas de inserção na sociedade portuguesa e, em particular, dos relacionamentos sociais quotidianos associados a essa inserção.

Estes elementos empíricos adicionais permitem agora completar essa linha de interpretação. Percebe-se, em primeiro lugar, que as avaliações de racismo, mais do que geradas de forma global e descontextualizada, são efectivamente modeladas pelos quadros específicos em que se movimentam os migrantes, de acordo com o seu perfil social. Em segundo lugar, e no que respeita particularmente aos relacionamentos sociais quotidianos, percebe-se que a própria composição étnico-racial das redes de sociabilidade mais próximas — família e amigos — desempenha um papel fundamental na estruturação dessas avaliações, no sentido em que quanto mais interétnicas e inter-raciais são essas redes menos tende a considerar-se haver racismo na sociedade envolvente.

Estando as percepções de racismo tão nitidamente associadas, por um lado, à condição de classe dos migrantes e, por outro lado, à composição das suas redes sociais, não pode deixar de se sublinhar, finalmente, que este acaba por ser um elemento de confirmação da ideia de que as duas dimensões fundamentais do espaço da etnicidade (Machado, 1999: 81-150) são justamente a composição de classe dos migrantes, no que toca ao eixo social desse espaço, e a orientação da sua sociabilidade, no que se refere ao eixo cultural.

Vejam, por isso mesmo, e para terminar o artigo, como é que os contrastes e as continuidades que caracterizam a localização dos guineenses e de outras minorias nesse espaço podem ajudar a equacionar a questão do racismo em Portugal e as suas tendências de evolução a prazo.

Contrastes, continuidades e racismo

Sem ignorar a importância de outros factores, ideológicos ou políticos, por exemplo, pode dizer-se que a expressão do racismo depende, em boa medida, da configuração que em cada momento tem o espaço da etnicidade, ou seja, dos contrastes e continuidades, sociais e culturais, da minoria ou minorias em questão com a sociedade envolvente. Mais contrastes favorecem o aumento do racismo, mais continuidades favorecem a sua redução. É mais provável os membros das minorias duplamente contrastantes serem alvo de racismo do que os membros de minorias que, do ponto de vista social e cultural, ou só de um deles, apresentem continuidades com a população maioritária.

No caso português, é isso mesmo que mostram os elementos de conhecimento disponíveis. O racismo anticiganos é mais forte do que o antiafricanos, que é, por sua vez, mais forte do que o racismo anti-indianos, relativamente pouco comum. Ora, a minoria cigana é justamente aquela que mais contrastes sociais e culturais acumula, as várias populações africanas têm contrastes sociais acentuados, mas continuidades significativas em termos de sociabilidade, língua ou religião, ao

passo que as minorias indianas combinam contrastes culturais com continuidades sociais.

Dir-se-ia que a relação entre espaço da etnicidade e racismo se estabelece, grosso modo, nos mesmos termos em que se coloca o problema da integração ou da exclusão das minorias. Embora tanto factores sociais como factores culturais intervenham no processo, os primeiros tendem a sobrepor-se aos segundos na resultante final. Se com contrastes sociais fortes, nomeadamente em termos de situação socioeconómica, não pode falar-se de integração, independentemente do que se passe no plano cultural, pode haver integração mesmo com contrastes culturais, ainda que ela seja mais fácil quando esses contrastes são menos vincados.

Com o racismo parece passar-se o mesmo. Se a existência de contrastes culturais não é certamente estranha a algumas formas de preconceito e discriminação, são mais os contrastes sociais a criar condições para o seu surgimento ou intensificação. De resto, a agudização dos contrastes sociais para além de certo patamar não deixa de se repercutir sobre as próprias dimensões culturais, especialmente no que se refere à contracção das sociabilidades interétnicas e ao fechamento das minorias sobre si próprias, criando, por essa via, condições adicionais para o racismo.

Deve notar-se, ainda, que, assim como os contrastes e as continuidades tendem a favorecer ou a atenuar o racismo, também este último, conforme seja mais virulento ou mais brando, não deixa de contribuir para gerar mais contrastes ou mais continuidades.

Ou seja, num caso podem formar-se círculos viciosos, em que contrastes geram racismo, que, por sua vez, vincará ainda mais esses contrastes; noutro caso, podem formar-se círculos virtuosos, em que continuidades anulam ou minimizam as condições do racismo, o que abrirá caminho ao aprofundamento dessas continuidades. Basta pensar, para o primeiro caso, na questão do acesso ao mercado de trabalho, em que a discriminação racial de membros de minorias socialmente contrastantes se reflecte inevitavelmente na acentuação dos contrastes sociais existentes e, para o segundo caso, na dinâmica das sociabilidades interétnicas, que não só favorecem a diluição do racismo, como são estimuladas quando o racismo é mais ténue.

Torna-se também assim mais clara a relação entre racismo, exclusão e integração. Sendo na sua origem um fenómeno revelador de défices de integração, o racismo é-o também nos seus efeitos. Racismo e exclusão alimentam-se reciprocamente. Os processos que favorecem a integração de minorias, seja, principalmente, pela redução de contrastes sociais, seja, secundariamente, pelo fortalecimento de continuidades culturais, promovem, por sua vez, a redução do racismo.

Objectos de atenção pública e de debate político e ideológico renovado, desde que a imigração ganhou visibilidade na sociedade portuguesa, os temas da delinquência juvenil de descendentes de migrantes, por um lado, e do luso-tropicalismo, por outro lado, permitem ilustrar, cada um à sua maneira, a relação que se estabelece entre espaço da etnicidade e racismo, mais especificamente a relação entre racismo e contrastes sociais, no primeiro caso, e a relação entre racismo e continuidades culturais, no segundo.

A delinquência protagonizada por adolescentes e crianças filhos de migrantes é, juntamente com as taxas de insucesso escolar acima da média ou com a

precariedade profissional de muitos dos que já entraram no mercado de trabalho, um sinal inequívoco de que parte significativa dessa geração está a reproduzir a localização de contraste social dos seus pais.

Confinada praticamente à área metropolitana de Lisboa e mostrando, de resto, que em Portugal só esta região entrou já numa segunda fase do ciclo da imigração, essa delinquência tem assumido uma pluralidade de formas, algumas de grande impacto público pela visibilidade que adquirem, outras só conhecidas à escala local, porque acontecem nas próprias zonas de residência desses jovens ou nas suas imediações. Na maioria das vezes, trata-se de pequenos delitos, mas há também actos de criminalidade grave ou que tomam proporções de gravidade, não já pelo tipo de delito em si mesmo, mas pela forma que assume, como é o caso dos assaltos, agressões ou actos de vandalismo praticados por grandes grupos em comboios, autocarros, centros comerciais ou na praia.

É fácil de ver que estes acontecimentos podem ser reportados a um conjunto de condições e processos que começam no problema dos contrastes sociais e podem acabar na formação ou consolidação de preconceitos e actos de discriminação racial.

Sendo culturalmente muito menos contrastantes do que os seus pais, e muito próximos de outros jovens de idêntica condição social e de origem não migrante, esses novos luso-africanos (Machado, 1994) personificam, com efeito, um concentrado de contrastes sociais: têm uma condição social desfavorecida, vivem residencialmente concentrados e são jovens em zonas urbanas e suburbanas cada vez mais envelhecidas.

A persistência dessas práticas de delinquência juvenil, que se têm feito sentir em registo contínuo desde meados dos anos 90, produz sentimentos de insegurança na população e é a percepção mais ou menos dilatada dessa insegurança real que tende a funcionar como último elo de ligação na sequência que conduz dos contrastes sociais ao racismo. A associação estreita entre a percepção da ameaça à segurança e a formação de preconceitos raciais está solidamente comprovada, no sentido em que a acentuação desse sentimento de ameaça “pode exacerbar as atitudes negativas e pode conduzir a comportamentos hostis, percebidos como legítimos” (Vala, Brito e Lopes, 1999: 67).

Nessa sequência que vai dos contrastes sociais ao racismo não se pode ignorar o modo como os meios de comunicação social têm tematizado o assunto. Sem partilhar as perspectivas apriorísticas e reducionistas que vêem nos *media* um mero instrumento ideológico ao serviço do dito racismo das elites ou das classes dominantes (Dijk, 1993: 241-282; Bowser, 1995: xvii-xix, 300-303), perspectivas que decorrem de definições inflacionadas de racismo, deve em todo o caso lembrar-se que a sua intervenção não está, obviamente, isenta de efeitos sobre os próprios acontecimentos que noticiam e analisam.

Neste caso particular, a utilização da palavra *gang* para designar os autores desses actos delinquentes, iniciada ainda na primeira metade dos anos 90 e que se estendeu rapidamente à linguagem comum, não deixará de se repercutir nas percepções sociais sobre os migrantes e seus descendentes. Valeria a pena investigar até que ponto os sentimentos de insegurança serão acentuados por essa via. Mas mesmo

sem um estudo directo e sistemático do problema, a análise sumária dos títulos da imprensa escrita nos últimos anos, contando apenas os jornais mais importantes e de maior tiragem, revela o que se poderia designar por construção mediática dos *gangs*.

Títulos como “Gangs negros investigados pelo SIS ” (*Independente*, 3.9.1993), “Polícia já não consegue controlar gangs suburbanos”, “Grande Lisboa cercada por guetos”, “Um anel de pólvora rodeia Lisboa”, “A situação está descontrolada” (*Expresso*, 13.9.1997) ou “Gangs de africanos aterrorizam Lisboa” (*24 Horas*, 19.12.1998) são apenas uma pequena amostra dos que merecem chamadas à primeira página ou que encimam notícias com outras formas de destaque jornalístico.⁸

Noutro jornal, o *Público*, pode ver-se mesmo uma notícia sobre actos de pequena criminalidade praticados por menores na Póvoa do Varzim (“Tensão na Póvoa do Varzim”, 15.12.1998) onde se usam apenas expressões como “grupos de marginais”, “bandos”, “grupos de menores”, alternar com várias outras relativas à Grande Lisboa, em que o relato de situações envolvendo protagonistas em tudo idênticos, excepto na cor da pele, não dispensa a noção de *gang* (por exemplo, “Menores de *gang* em liberdade”, 15.1.1999).

Se nos reportarmos ao significado da noção na língua inglesa, e particularmente na literatura sociológica anglo-saxónica, vemos que a utilização que dela têm feito os meios de comunicação social comporta uma dupla redução.⁹ De conjunto de indivíduos envolvidos em actividades delinquentes, indivíduos esses que podem ser de qualquer idade, raça ou etnia, *gang* passa a significar, quase exclusivamente, grupo de jovens negros delinquentes.

A delinquência juvenil urbana fica, assim, associada a uma cor de pele e a populações migrantes e, nas percepções comuns, os descendentes dessas populações passam a coincidir cada vez mais com esse mesmo estereótipo. Sendo na sua origem um fenómeno estritamente social, a tematização feita nestes termos pelos *media* ajuda a torná-lo racial nas suas consequências, processo que terá tanto mais efeito quanto for real a ameaça à segurança.

O tema do luso-tropicalismo, por seu turno, e a sua ideia nuclear de que os portugueses têm mais capacidade de relacionamento e entrecruzamento com raças e culturas diversas do que qualquer outro povo europeu, capacidade de que o Brasil seria o principal mas não o único produto histórico, tem merecido uma atenção renovada por parte das ciências sociais nos últimos anos.

Seja em avaliações do luso-tropicalismo enquanto teoria social (Moreira e Venâncio, 2000), do seu impacte sobre a ideologia colonial e pós-colonial (Castelo, 1998; Alexandre, 1999; Almeida, 2000), do seu prolongamento no “novo mito” da lusofonia (Margarido, 2000) ou na confrontação com os problemas da imigração (Cabral, 1997a) e do racismo (Vala, Brito e Lopes, 1999), o trabalho de Gilberto Freyre, de que se destaca o mais criticado do que realmente conhecido *Casa-Grande e Senzala*, de 1933, é de novo objecto de apreciação e debate, não só no campo académico, mas em círculos intelectuais mais alargados.

No que toca especificamente às questões da imigração e do racismo, afirma-se, por um lado, que a mobilização política do luso-tropicalismo, no período pós-colonial, foi o reflexo de sentimentos de insegurança e inferioridade das “nossas elites, habituadas a governar autocraticamente brancos e negros (...) perante uma Europa

muito mais desenvolvida onde nos arriscávamos a perder a identidade” e que a posição das autoridades portuguesas face à imigração contradiz a mensagem luso-tropicalista (Cabral, 1997a: 104) Por outro lado, diz-se que a “dissociação entre o plano político e as ideologias racistas” é consequência da partilha por todos os partidos parlamentares da “ideologia luso-tropicalista, ou seja, “todos parecem idealizar, como uma suposta idiosincrasia nacional, o não racismo”, facilitando assim a difusão do racismo subtil (Vala e outros, 1999: 192-193).

Se é verdade que a situação social de muitos migrantes africanos, incluindo os casos de racismo relatados atrás, contrasta com o luso-tropicalismo enquanto ideologia, a simples verificação desse contraste não faz, contudo, o equacionamento completo do problema em discussão. Outro parâmetro a ter em conta é justamente o das continuidades culturais que aproximam os portugueses das populações oriundas dos PALOP, mais dos luso-africanos, como se viu, mas também da maioria dos migrantes laborais estrangeiros propriamente ditos.

A existência de uma língua e de uma filiação religiosa comuns e, mais importante do que isso, a disseminação de redes de sociabilidade interétnica nos domínios das relações familiares, de amizade e de trabalho, dão, de facto, um fundo de verosimilhança, por parcelar que seja, à interpretação luso-tropicalista.

Primeiro porque, independentemente do modo como foram construídas historicamente, são hoje afinidades culturais objectivas e não meras construções ideológicas. Depois, porque essas afinidades podem contribuir decisivamente para minorar o racismo e os seus efeitos. Os mesmos actos de delinquência praticados por filhos de migrantes, de que se falava atrás, por exemplo, teriam certamente consequências de outra gravidade se, em vez de continuidades culturais ou contrastes culturais fracos, estivéssemos perante populações migrantes que somassem contrastes sociais a contrastes culturais fortes.

De resto, pode dizer-se sobre o luso-tropicalismo no Portugal de hoje aquilo que, sobre a questão homóloga da democracia racial no Brasil, diz Peter Fry, um inglês aí fixado há longos anos. Ou seja, mesmo que se considere a democracia racial um mero mito, dado o desfazamento entre a ideia e a realidade, “os valores da democracia racial (...) representam um contraponto fundamental aos valores das identidades estanques. A ‘democracia racial’ é uma constante lembrança da arbitrariedade das categorias sociais, étnicas e raciais” (Fry, 1996: 124).

Enquanto sistemas activos de crenças, a democracia racial no Brasil ou o luso-tropicalismo em Portugal têm, por isso, um potencial de anti-racismo que não se pode negligenciar, principalmente quando comparados com outros mitos que, enfatizando a pureza de certas origens nacionais, podem tornar-se com alguma facilidade numa porta para o racismo.¹⁰

Contrastes sociais, por um lado, e continuidades culturais, por outro, são, em suma, dois elementos básicos para a equação do racismo em Portugal a médio prazo. A permanência dos primeiros aos níveis actuais significa probabilidade elevada de focos de tensão futura, em que não deixarão de ser protagonistas novas “segundas gerações” a formarem-se entretanto. O aumento das segundas, proporcionado pelo prolongamento do tempo de residência, ajudará a minimizar a interpretação racializada que socialmente se possa fazer dessas tensões.

Notas

- 1 Neste âmbito, interessa, em todo o caso, manter sob observação o que irá acontecer com o que em tempos foi o Partido Renovador Democrático, o qual, depois de uma letargia de vários anos, foi, no início de 2000, tomado por dentro e rebaptizado por grupos de extrema-direita, com um discurso de hostilidade face à imigração e aos imigrantes.
- 2 Outro trabalho recente é o de Silva (2000), sobre o racismo anticigano num contexto social e espacialmente localizado.
- 3 Alguns apontamentos de análise histórica sobre as imagens que os portugueses foram construindo dos africanos ao longo de todo o processo de colonização podem encontrar-se em Henriques (1999). Para uma abordagem singular dessa mesma construção no século XX, tomando como material de pesquisa bandas desenhadas, ver Cunha (1994).
- 4 Até ao momento, são raras as fontes de informação empírica sobre racismo em Portugal visto pelo lado dos que dele são alvo. No estudo de Felícia Luvumba sobre os migrantes dos PALOP na cidade do Porto, o racismo aparece em terceiro lugar (mencionado por 34% dos inquiridos) numa lista de dificuldades de integração, a seguir ao emprego e à habitação (1997: 101). Algumas entrevistas a membros de minorias sobre experiências de racismo podem encontrar-se em D'Aire (1996). Para um testemunho pessoal aprofundado, onde se relatam vários exemplos de racismo, e onde, simultaneamente, se faz dele uma análise marcada, muitas vezes, pela inflação conceptual discutida acima, ver N'Ganga (1995).
- 5 Outras situações ou contextos pontualmente mencionados foram: controlo de fronteiras, polícia, táxis, torneios desportivos infantis e juvenis, *skinheads*, racismo contra os filhos, doentes que não querem ser tratados por enfermeiras negras; racismo por parte de pais de alunos de professoras negras; pessoas que não gostam de ter negros biscateiros a trabalhar em sua casa.
- 6 Ao facto de serem profissionais técnicos e de enquadramento os migrantes que menos dizem haver racismo não será também estranho que sejam justamente esses os sectores da população portuguesa que, de acordo com o estudo de Vala, Brito e Lopes (1999: 40, 196), têm menos preconceitos racistas. Isso na presunção, que parece razoável, de que os migrantes profissionais técnicos e de enquadramento se relacionarão mais com portugueses dessa mesma condição de classe.
- 7 O processo representacional de filtragem da percepção das pertenças raciais através das pertenças sociais, e da pertença de classe em particular, tem sido observado noutras paragens. Michel Giraud, por exemplo, cita, nesta linha, o ditado antilhano segundo o qual “todo o negro rico é mulato, todo o mulato pobre é negro” e um outro, brasileiro, dizendo que “o negro rico é um branco, o branco pobre é um negro” (1979: 179). Diga-se, no entanto, que a correlação inversa entre favorecimento de classe e racismo, que parece aplicar-se ao caso do racismo antinegros hoje em Portugal, não é transponível para outros contextos e minorias. Basta pensar no anti-semitismo e no modo como ele toma como pretexto, entre outros, justamente a condição social favorecida de muitos judeus.

- 8 A peça jornalística da edição citada do jornal *Independente* pode considerar-se praticamente fundadora do uso da noção de *gang* nos média portugueses. Aí se noticiava, com chamada de destaque à primeira página, uma alegada investigação do SIS sobre “gangs negros e violentos em Portugal”. Para a análise de outro estereótipo mediático, mais antigo, que associa também migrantes a violência — o do “cabo-verdiano faquista” — ver Filho (1995).
- 9 Ver, por exemplo, as definições de Giddens (1989: 740) e de Abercrombie e outros (1994: 178). Em rigor, falar-se-ia até de uma terceira redução do significado da palavra, já que à noção de *gang* não estão associadas necessariamente acções ilícitas, podendo designar somente actividades mais ou menos regulares desenvolvidas em grupo, como na expressão *work gang*. O estudo pioneiro de F. M. Trasher, publicado em 1927 (*The Gang: A Study of 1313 Gangs in Chicago*, Chicago University Press), mostrava já que os *gangs* da área urbana de Chicago, nessa época, eram constituídos tanto por imigrantes europeus recém-chegados a território norte-americano, como por negros fugidos do sul segregacionista, e que muitos eram etnicamente mistos. Sobre este tema ver Herpin (1982: 107-152). Diga-se ainda, quanto ao caso português actual, que os próprios meios de comunicação social têm mostrado, em reportagens alargadas sobre os ditos *gangs* (publicadas fora do tempo de impácto público de um determinado acto delinquent e, por isso, sem títulos de primeira página), que não poucas vezes eles envolvem negros e brancos e que a tese de que estão deliberadamente organizados para o crime é altamente discutível (ver, por exemplo, as edições do *Público* de 26.5.1995 e 14.12.1997). Elementos sobre a delinquência praticada por migrantes no contexto europeu podem encontrar-se em Poulet (1990), Bastenier (1990) e Costa-Lascoux (1991). Para uma análise da sobrerrepresentação de migrantes e seus descendentes nas populações prisionais dos países da UE ver Wacquant (2000).
- 10 Sobre o racismo como mito ver Wiewiorka (1991: 71-75).

Referências bibliográficas

- Abercrombie, Nicholas, Stephen Hill e Bryan S. Turner (1994), *Dictionary of Sociology*, Londres, Penguin Books.
- Alexandre, Valentim (1999), “O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)”, em Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 133-144.
- Almeida, Miguel Vale de (2000), “Tristes luso-tropicais: raízes e ramificações dos discursos luso-tropicalistas”, em *Um Mar da Cor da Terra*, Oeiras, Celta Editora, pp. 161-184.
- Alves, Manuel José Rodrigues (1994), “As minorias étnicas no concelho de Loures: que comunicação?”, em *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 201-210.

- Baganha, Maria Ioannis B. (1996), *Immigrant Insertion in the Informal Economy: The Portuguese Case*, Coimbra, CES/Universidade de Coimbra.
- Bastienier, Albert (1990), "Les 'bandes' de jeunes d'origine étrangère: importance et signification de la délinquance en groupe", em Albert Bastienier, e Felice Dassetto (orgs.), *Immigrations et Nouveaux Pluralismes: Une Confrontation de Sociétés*, Bruxelas, De Boeck-Wesmael, pp. 237-271.
- Bowser, Benjamin P. (org.) (1995), *Racism and Anti-Racism in World Perspective*, Londres, Sage Publications.
- Cabral, Manuel Villaverde (1997a), "A insanável contradição do luso-tropicalismo", em *Crônicas Realistas: Sociedade & Política em Portugal nos Anos 90*, Oeiras, Celta Editora, pp. 104-106.
- Cabral, Manuel Villaverde (1997b), "Os portugueses são ou não racistas?", em *Crônicas Realistas: Sociedade & Política em Portugal nos Anos 90*, Oeiras, Celta Editora, pp. 149-151.
- Castelo, Cláudia (1998), *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento.
- Costa-Lascoux, Jacqueline (1991), "La délinquance des étrangers", em Pierre-André Taguieff (org.), *Face au Racisme (Tome 2): Analyses, Hypothèses, Perspectives*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 189-195.
- Craveiro, João Lutas, e Marluce Menezes (1993), "Ecologia social de um bairro degradado em Lisboa: a Quinta da Casquilha na véspera da mudança", em *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia, II, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 139-155.
- Cunha, Luís Manuel de Jesus (1994), *A Imagem do Negro na Banda Desenhada do Estado Novo*, relatório de aula teórico-prática, Braga, Universidade do Minho.
- D'Aire, Teresa Castro (1996), *O Racismo*, Lisboa, Edições Temas da Actualidade.
- Dijk, Teun van (1993), *Elite Discourse and Racism*, Londres, Sage Publications.
- Essed, Philomena (1991), *Understanding Everyday Racism: An Interdisciplinary Theory*, Londres, Sage Publications.
- European Parliament (1991), *Committee of Inquiry on Racism and Xenophobia: Report on the Findings of the Inquiry*, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities.
- Filho, João Lopes (1995), "O estigma da faca: cabo-verdianos em Portugal", *Ethnologia*, 3-4, pp. 71-79.
- França, Luís de (org.) (1993), *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Fry, Peter (1996), "'Raça' e saber no Brasil contemporâneo", em *Dinâmicas Multiculturais: Novas Faces, Outros Olhares*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 119-124.
- Giddens, Anthony (1989), *Sociology*, Cambridge, Polity Press.
- Giraud, Michel (1979), *Races et Classes à la Martinique: Les Relations Sociales entre Enfants de Différentes Couleurs à l'École*, Paris, Éditions Anthropos.
- Gonçalves, Helena Seita (1994), "Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 135-149.
- Henriques, Isabel Castro (1999), "Portugal e as realidades africanas: práticas

- e preconceitos”, em *Janus 99-2000: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 62-63.
- Herpin, Nicolas (1982), *A Sociologia Americana: Escolas, Problemáticas e Práticas*, Porto, Edições Afrontamento.
- Luvumba, Felícia Marta (1997), *Minorias Étnicas dos PALOP Residentes no Grande Porto: Estudo de Caracterização Sociográfica*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Machado, Fernando Luís (1994), “Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Machado, Fernando Luís (1999), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Lisboa, ISCTE, tese de doutoramento em sociologia.
- Machado, Fernando Luís (2000), “Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 9-44.
- Margarido, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- Marques, Maria Margarida, Rui Santos, Tiago Santos, e Sílvia Nóbrega (1999), *Realojamento e Integração Social: A População do Vale de Algés perante uma Operação de Requalificação Urbana*, Lisboa, Edições Colibri.
- Miles, Robert (1989), *Racism*, Londres, Routledge.
- Monteiro, Vladimir Nobre (1995) *Portugal Crioulo*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.
- Moreira, Adriano e José Carlos Venâncio (orgs.) (2000), *Luso-Tropicalismo: Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Vega.
- N’Ganga, João Paulo (1995), *Preto no Branco: A Regra e a Exceção*, edição do autor.
- Nóbrega, Iracema (1998), *Novos Luso-Caboverdianos: Identidades Construídas, Integrações Diferenciadas*, Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura em sociologia.
- Pais, José Machado (1996), “Sociabilidades”, em João Ferreira de Almeida e outros, *Jovens de Hoje e de Aqui*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 169-191.
- Pais, José Machado (1999), *Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*, Oeiras, Celta Editora.
- Pettigrew, Thomas F. e R. W. Meertens (1993), “Le racisme voilé: dimensions et mesure”, em Michel Wieviorka (org.), *Racisme et Modernité*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 209-126.
- Pettigrew, Thomas F. (1999), “A sistematização dos preditores do racismo: uma perspectiva empírica”, em Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 79-101.
- Poulet, Isabelle (1990), “La délinquance officielle des jeunes d’origine immigrée dans l’arrondissement de Charleroi”, em Albert Bastenier, e Felice Dassetto (orgs.), *Immigrations et Nouveaux Pluralismes: Une Confrontation de Sociétés*, Bruxelas, De Boeck-Wesmael, pp. 209-235.
- Quedas, Maria João (1994), “Expectativas habitacionais e coexistência espacial de grupos étnicos: inquérito à população mal alojada do concelho de Loures”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 55-62.
- Rudder, Verónique de (1991), “ ‘Seuil de tolérance’ et cohabitation pluri-ethnique”, em Pierre-André Taguieff (org.), *Face au Racisme 2: Analyses, Hypothèses, Perspectives*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 154-166.

Silva, Manuel Carlos (2000), "Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, pp. 61-79.

SOS Racismo (1992), *Guia Anti-Racista*, Lisboa, SOS Racismo.

Vala, Jorge, Rodrigo Brito, e Diniz Lopes (1999), *Expressões dos Racismos em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

Wacquant, Loïc (2000), *As Prisões da Miséria*, Oeiras, Celta Editora.

Wieviorka, Michel (1991), *L'Espace du Racisme*, Paris, Seuil.

Fernando Luís Machado. Investigador do CIES, docente do Departamento de Sociologia do ISCTE. *E-mail*:fernando.machado@iscte.pt